

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE SAÚDE DE GOIÁS
GRUPO TÉCNICO DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO
DE RESIDÊNCIAS MÉDICA E MULTIPROFISSIONAL DA SES-GO
EDITAL Nº 07/2021 SESG/SES-GO**

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM ÁREA
PROFISSIONAL DA SAÚDE, MODALIDADES MULTIPROFISSIONAL E UNIPROFISSIONAL,
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS
COREMU/SES-GO – 2022**

ANEXO IV – PROGRAMAS DAS PROVAS E BIBLIOGRAFIA

CONHECIMENTOS COMUNS PARA TODOS PROGRAMAS

SAÚDE PÚBLICA – 15 QUESTÕES

- Trajetórias das Políticas de Saúde no Brasil: enfatizando sua relação com o desenvolvimento da cidadania.
- Sistema Único de Saúde: princípios doutrinários e organizativos e arcabouço jurídico normativo (destacando os principais instrumentos de ordenação do sistema).
- Gestão em Saúde – instrumentos e mecanismos de governança do sistema e estratégias de gerenciamento (planejamento, avaliação e regulação).
- Atenção à Saúde – a estruturação do sistema segundo seus níveis de densidade tecnológica e a organização dos serviços na lógica das redes assistenciais. A integralidade como desafio permanente. Papel da Promoção da Saúde como estratégia indutora de políticas intersetoriais para melhoria da qualidade de vida. A Saúde da Família como estratégia para a mudança de modelo de atenção.
- Vigilância (em, na e da) Saúde – a polissemia que envolve as diferentes modalidades de vigilância (Sanitária, Epidemiológica, Ambiental). Os conceitos de Risco e Vulnerabilidade e o monitoramento de grupos populacionais e agravos de maior prevalência.
- A pandemia de COVID-19.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- AQUINO, EML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 25(Supl. 1), 2423-2446. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2423.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. *Epidemiologia Básica*. Cesar, J, A. [tradução e revisão científica] 2 ed. São Paulo, Santos. 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia de Vigilância em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812p. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto n. 7508, de 28 de junho de 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017/Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva: instrumentos básicos. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno2_planejasus_2ed.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2010. Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. *Revsf. Rev. Saúde em Foc.* Rio de Janeiro, RJ, 3(1): 24-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://smsrio.org/revista/index.php/revsf/article/view/443>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GALLO, E; SETTI, A.F.F. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. *Ciência Saúde Coletiva* [periódico na internet] 2012, 17(6):1433-1446. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a08.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PAIM, JAIRNILSON SILVA. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2018, 23(6):1723-1728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1723.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ROCHA FILHO TM. O conhecimento científico como instrumento central na tomada de decisão na Administração Pública - Sobre a Pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista NAU Social.* v. 11, n. 20, p. 185. UFBA. Mai-Out/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36636>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SARTI T, LAZARINI WS, FONTENELLE LF, ALMEIDA APSC. Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 29(2):e2020166, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n2/2237-9622-ress-29-02-e2020166.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TASCAR, MASSUDA A, CARVALHO WM, BUCHWEITZ C, HARZHEIM E. Atenção Primária Forte: estratégia central para a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. *Organização Pan-Americana da Saúde. Relatório 30 anos de SUS, que SUS para 2030?* Revista Panamericana de Salud Pública. Cap. 4:103-116. Brasília: OPAS; 2018. Disponível em: <<http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/49663>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VICTORA, C. G et al. Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. *Saúde no Brasil. The Lancet.* May, Serie 6, p.80-102, 2011. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA PROFISSIONAL

BIOMEDICINA – 35 QUESTÕES

- Ética profissional no exercício da Biomedicina.
- Legislação.
- Aspectos clínicos laboratoriais em Hematologia.
- Aspectos clínicos laboratoriais em Microbiologia.
- Aspectos clínicos laboratoriais em Imunologia Aspectos clínicos laboratoriais em Parasitologia.
- Aspectos clínicos laboratoriais em Bioquímica.
- Aspectos clínicos laboratoriais em Líquidos Corporais.
- Aspectos clínicos laboratoriais das doenças endócrinas.
- Marcadores tumorais.
- Biossegurança.
- Gestão da Qualidade no Laboratório Clínico.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_201_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução. RDC n. 302/ 2005. Regulamento Técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_302_2005_COMP.pdf/7038e853-afac-4729-948b-ef6eb3931b19. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, vol. Único, 3 ed., 2019. 740 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR32.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. Guia de Vigilância Epidemiológica: emergência de saúde públicas de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019. Brasília, 2021.

CÓDIGO DE ÉTICA DO BIOMÉDICO. Resolução do C.F.B.M. Nº 198 de 21/02/2011. Disponível em: http://crbm1.gov.br/RESOLUCOES/Res_198de21fevereiro2011.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S.L.M. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes: correlações clínico-laboratoriais. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

KONEMAN, E.W. Diagnóstico Microbiológico: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 6 ed. 2008.

KUMAR, V. et al. Robbins & Cotran. Patologia: bases patológicas das doenças. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

- LORENZI, T.F. Manual de Hematologia: propedêutica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed. 2006.
- MOURA, R.A.; WADA, C.S.; PURCHIO A.; ALMEIDA, T.V. Técnicas de laboratório. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.
- MOTTA, V. T. Bioquímica clínica para o laboratório. 5 ed. Medbook, 2009.
- NEVES, D.P. Parasitologia Humana. 13 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2016.
- OPLUSTIL, C. P.; ZOCCOLI, C. M.; TOBOUTI, N. R.; SINTO, S. I. Procedimentos básicos em microbiologia clínica. 3 ed. São Paulo: Sarvier, 2010.
- SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. Introdução à Virologia Humana. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- SIDRIM, J.J.C.; MOREIRA, J.L.B. Fundamentos Clínicos e Laboratoriais da Micologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2019-2020; [organização FORTI, A.C. et al.]. São Paulo: Clannad, 2019. Disponível: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066-782X2019001000787&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 4 jul. 2020.
- STRASINGER, S.K. Uroanálise e fluidos biológicos. São Paulo: Livraria médica paulista, 5 ed. 2009.
- TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- VAZ, Adelaide J. Col. Ciências Farmacêuticas. Imunoensaios: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- XAVIER, M. R.; SOUZA, C. F. M.; BARROS, E.; ALBUQUERQUE, G. C. Laboratório na prática clínica: consulta rápida. 2 ed. Artmed, 2010.

ENFERMAGEM – 35 QUESTÕES

- Regulamentação do exercício profissional e suas implicações éticas e jurídicas.
- Ética em pesquisa. Metodologia da pesquisa.
- Sistema Único de Saúde. Redes de atenção à saúde.
- Programa Nacional de Imunização.
- Educação permanente em saúde.
- Trabalho multiprofissional e interprofissional em saúde.
- Sistematização da Assistência de Enfermagem: conceito, importância, aplicabilidade e instrumentos utilizados.
- Bases teóricas de enfermagem.
- Fundamentos de enfermagem.
- Farmacologia e Administração de medicamentos.
- Vigilância em saúde: prevenção e controle de infecções relacionadas aos serviços de saúde. Normas de biossegurança. Segurança do paciente. Vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.
- Atenção à Saúde do recém-nascido, da Criança, do Adolescente e Jovem, da Mulher, do Homem e do Idoso.
- Assistência de enfermagem no tratamento de feridas.
- Enfermagem no atendimento à criança e ao adulto com afecções clínicas.
- Enfermagem no atendimento à criança e ao adulto com afecções cirúrgicas.
- Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação pós anestésica.
- Enfermagem em central de material e esterilização.
- Assistência de enfermagem em urgência, emergência.
- Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
- Enfermagem nas afecções infectoparasitárias.
- Assistência de enfermagem em saúde mental.
- Administração em enfermagem: princípios gerais da administração; funções administrativas, planejamento, organização, direção e controle; gestão de qualidade.
- As minorias sociais e a luta política pela igualdade
- A pandemia de COVID-19.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, TAM; VASCONCELOS, ACCP; PESSOA, TRRF; FORTE, FDS. Multiprofissionalidade e interprofissionalidade em uma residência hospitalar: o olhar de residentes e preceptores. Interface (Botucatu). 2017; 21(62):601-13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XNR9GMyVnXx6v85LVpk3kLy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 agosto, 2021.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (APCIH). Precauções e Isolamento. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo, 2012.
- BARROS, A.L.B.L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3 ed. Porto Alegre:

Artmed. 2015. 440 p.

BICKLEY, L.S. Bates - Propedêutica Médica Essencial - Avaliação clínica, anamnese, exame físico. 12 ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2018.

BRAGA, C.G. SILVA, J. V. Teorias de Enfermagem. 1 ed. Iátria, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=4YuWdWAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Teorias+de+enfermagem&ots=2p0sa5XXB&sig=f8EcxlpFGHoKHWGX4UUh_1OnEs#v=onepage&q=Teorias%20de%20enfermagem&f=false. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Biblioteca de temas de Produtos para a Saúde. Reprocessamento de produtos para a saúde. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/4967127/Biblioteca+de+Produtos+para+a+sa%C3%BAde_Portal.pdf/357753c1-0f84-40e5-bdf3-14f5eea738b7?version=1.8. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/category/manuais>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 529 de 01/04/2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília (DF), 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Critérios Diagnósticos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/category/manuais>. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26/06/1986. Disponível em http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html Acessado em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Nota técnica nº01/2018 GVIMS/GGTES/ANVISA - orientações gerais para higiene das mãos em serviços de saúde. Brasília, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Kelli/Downloads/Orientaes_para_HM_revisado_4%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Kelli/Downloads/Orientaes_para_HM_revisado_4%20(1).pdf). Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº. 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_63_2011_.pdf/3838d288-34e4-4e9a-9650-fe4089078185. Acesso em: 18 de agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p.: Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde – SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/05/Orienta---es-implanta---o-Linha-de-Cuidado-vers--o-final--ssima-30out2018.pdf>. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233 p. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. 2 ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 4 v: volume 1 Conteúdo: v. 1. Cuidados gerais. v. 2. Intervenções comuns, icterícia e infecções. v. 3. Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos. v. 4. Cuidados com o recém-nascido pré-termo. Disponíveis em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf; http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v2.pdf; http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v3.pdf; http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v4.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



Mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 548 p. (Caderno HumanizaSUS, v. 5).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde do Trabalhador e da trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 136 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 41). Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 195 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 21). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad21.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 272 p. (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 113 p. (Cadernos de Atenção Básica, nº 32).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Nota Informativa nº 13/2020 – SE/GAB/SE/MS – Manual de Recomendações para a Assistência à Gestante e Puérpera frente à Pandemia de Covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 64p. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/manual-de-recomendacoes-para-a-assistencia-a-gestante-e-puerpera-frente-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 1º set 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 160 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 25).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 56 p. - (Cadernos de Atenção Básica; 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção suporte básico de vida para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_basico_vida.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção suporte avançado de vida para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2ed. 2016. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Manual Técnico 2018: Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS PRO EPS-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/13/Manual-Tecnico-PRO-EPS-SUS-MINUTA17-FINAL.pdf> Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/13/Politica-Nacional-de-Educao-Permanente-em-Saude.pdf>. Acesso em: 01/08/20. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Calendário Nacional de Vacinação – 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/04/Instru----o-Normativa-HYPERLINK> "https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/04/Instru----o-Normativa-Calend--rio-Vacinal-2020.pdf" CalendHYPERLINK "https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/04/Instru----o-Normativa-Calend--rio-Vacinal-2020.pdf"--rio-Vacinal-2020.pdf Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. 1 ed atualizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/guia-vigilancia-saude-volume-unico>



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



3ed.pdf .Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf. Acesso em: 17 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde. 2014. 40 p.

Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>. Acesso em: 03 set 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações PLANO NACIONAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19. 5ª edição. Brasília/DF. 2021. 189p. Acessível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19-de-2021>. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Norma Regulamentadora 32 – NR 32 - Segurança e Saúde no trabalho em serviços de saúde. Atualizada em 31/07/2019. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-32.pdf. Acesso 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília: Ministério da Saúde, 2020, 248p. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticaspara-atencao-integral-pessoas-com-infecoes>. Acesso em: 18 agosto, 2021.

BRASIL. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017- DOU nº 190, de 03/10/2017 – Trata da “Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde”. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em 18 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo da atenção ao trauma. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/20/Trauma-Instrutivo.pdf>. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado do AVC na rede de atenção às urgências. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/PORTARIA-N%C2%B0-665-2012-Linha-de-Cuidado-AVC.pdf>. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Link de acesso: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 19 agosto, 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13 ed. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

CALIL, AM; PARANHOS, WY. O enfermeiro e as situações de emergência. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.corengo.org.br/resolucao-cofen-5642017_12496.html Acesso em: 18 agosto, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasília). Resolução COFEN nº 429/2012. Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte - tradicional ou eletrônico. Diário Oficial da União, nº 110, Seção 1, pág. 288, Brasília, DF, 8 jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasília). Resolução nº 514 de 5 de maio de 2016. Aprova o Guia de Recomendações para os registros de enfermagem no prontuário do paciente, com a finalidade de nortear os profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/RESOLU%C3%87%C3%83O-COFEN-N%C2%BA-0514-2016-GUIA-DE-RECOMENDA%C3%87%C3%95ES-vers%C3%A3o-web.pdf>. Acesso em: 18 agosto, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 424, de 19 de outubro de 2009. Normatiza as atribuições de enfermagem e esterilização e empresas processadoras de produtos para a saúde.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 18 agosto, 2021.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Orientações sobre a colocação e retirada dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Brasília: COFEN, 2020. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2020/03/cartilha_epi.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. Plano de trabalho do enfermeiro: subsídios para realização do Diagnóstico Situacional do Serviço de Enfermagem e Proposição de Plano Estratégico. Belo Horizonte: COREN, 2020. Disponível em: https://www.corenmg.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/OFICIAL_Plano_de_trabalho_do_Enfermeiro_2020.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- COSTA, V C; PEDUZZI, M; FILHO, J R F; SILVA, C B G. Educação Interprofissional em Saúde. Natal: SEDIS-UFRN, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/12/Educacao-Interprofissional-em-Saude.pdf>. Acesso em: 01/08/20. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- CUNHA, A M. A proteção às minorias no Brasil: uma análise da política de cotas aplicada à população Negra. Revista Eletrônica Jurídico-Institucional. Ano 7. n. 11. Jan/jun 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Elet-MP-RN_n.11.01_1.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.
- Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Publicado no DOU de 09/06/1987. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Saúde. Portaria n. 164/2017. Institui a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde no município de Goiânia-Goiás. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2017/do_20170719_000006613.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- HARZHEIM, E. et al. Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao COVID-19: a Atenção Primária à Saúde (APS) no assento do condutor. Ciência & Saúde Coletiva, 25(1), 2493-2497, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Xzd5fgpvV4qtrK66pNLm8p/?lang=pt>>. Acesso em 02 set. 2021.
- Hinkle J. L., Cheever K. R. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-cirúrgica. Vol 1 e 2. 14ª ed. Ed. Guanabara Koogan, 2020.
- Hockenberry MJ, Wilson D, Rodgers CC. Fundamentos de Enfermagem pediátrica. 10 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev Saúde Pública 2001;35(1):103-9 103. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PM8YPvMJLQ4y49Vxj6M7yzt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 agosto, 2021.
- PEDUZZI, M; AGRELI, HF. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. Interface (Botucatu) 22 (Suppl 2). 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MR86fMrvpMcJFSR7NNWPbqh/?lang=pt#>. Acesso em: 17 agosto, 2021.
- ELIZABETH, NA; FRANCO, MTG. Modelos de Gestão em Enfermagem: Qualidade assistencial e Segurança do paciente. Série: Gestão de Enfermagem e qualidade assistencial para a segurança do paciente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GUIDELINES, 2020 CPR & ECC. Destaques das atualizações direcionadas nas diretrizes de 2019 da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento cardiovascular de Emergência. Edição em português: Hélio Penna Guimarães, MD, PhD, FAHA e a equipe do Projeto de Destaques das Diretrizes da AHA. https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelinesfiles/highlights/hghlghts_2020eccguidelines_portuguese.pdf. Acesso em: 18 agosto, 2021.
- JOHNSON M. et al. Ligações entre NANDA, NOC E NIC: condições clínicas suporte ao raciocínio e assistência de qualidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- KURCGANT, P.; LIMA, A. F. C.; PRADO, C.; TRONCHIN, D. M. R.; FUGULIN, F. M. T.; FREITAS, G. F., et al. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020: Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
- MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. Administração e Liderança em Enfermagem: Teoria e prática. 8 ed. Editora Artes Médicas Sul Ltda. Porto Alegre, 2015.
- MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan- Americana da Saúde, 2011. 549 p.
- MORTON, H. Cuidados Críticos de Enfermagem: Uma Abordagem Holística. 2 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
- NANDA International. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: 2018-2020. Artmed: Porto Alegre, 11 ed. 2018. 488p.
- Nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- Nota Técnica Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Nota Técnica Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Nota Técnica nº 06/2020 – GVIMS/GGTES/ANVISA: Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância

Sanitária-ANVISA. Nota Técnica nº 06/2020 – GVIMS/GGTES/ANVISA. Orientações para a Prevenção e o Controle das Infecções pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) em Procedimentos Cirúrgicos – 29.04.2020.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”. nº 1, p. 72-87, Jajul, 2015.

Política nacional de atenção integral a saúde do homem [recurso eletrônico] / Elza Berger Salema Coelho... [et al]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/07/livroPol--ticas-2018.pdf> Acesso em: 18 agosto, 2021.

Nota Técnica Nº 9/2020-DAPES/SAPS/MS: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Nota Técnica Nº 9/2020-DAPES/SAPS/MS. 19 Mar. 2020. Prevenção e Abordagem da Infecção por COVID-19 em mães e Recém-Nascidos, em Hospitais-Maternidades: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Neonatologia. Prevenção e Abordagem da Infecção por COVID-19 em mães e Recém-Nascidos, em Hospitais-Maternidades. Nota de Alerta, Março 2020.

COELHO, EBS et al. Política nacional de atenção integral a saúde do homem. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/07/livroPol—ticas-2018.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2021.

Potter PA, Stockert PA, Pery AG, Hall AM, Ostendorf WR. Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 3/GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. 03 Link de acesso: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em: 18 agosto, 2021.

rBLH – Recomendação Técnica No.01/20.170320. COVID-19 e Amamentação: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano. Recomendação Técnica No.01/20.17/03/20. COVID-19 e Amamentação. Mar 2020.

Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na Sala de Parto de Mãe com COVID-19 Suspeita ou Confirmada: SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. Grupo Executivo do Programa Nacional de Reanimação Neonatal. Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na Sala de Parto de Mãe com COVID-19 Suspeita ou Confirmada. 18 Mai, 2020.

Recomendações para cuidados e assistência ao recém-nascido com suspeita ou diagnóstico de COVID-19: SPSP – Sociedade de Pediatria de São Paulo. Departamento Científico de Neonatologia. Recomendações para cuidados e assistência ao recém-nascido com suspeita ou diagnóstico de COVID-19. 06 Abr., 2020.

REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE. Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. 132 p. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2017/10/Estrat%C3%A9gias-para-seguran%C3%A7a-do-paciente-manual-para-profissionais-da-sa%C3%BAde.pdf> Acesso em: 18 agosto, 2021.

SILVA, MT; SILVA, SR. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - SOBECC. Práticas recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. 7. ed. São Paulo, 2017. 487p.

STOCK, Y N; CLAYTON, B D. Farmacologia na prática de enfermagem. 15 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UNA-SUS/UFMA. Redes de Atenção à Saúde: a atenção à saúde organizada em redes. Nerícia Regina de Carvalho Oliveira. São Luís, 2016. 54p.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Link de acesso: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

CUNHA, A M. A proteção às minorias no Brasil: uma análise da política de cotas aplicada à população negra Revista Eletrônica Jurídico-Institucional. Ano 7. n. 11. Jan/jun, 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_inf_ormativo/bibli_inf_2006/Rev-Elet-MP-RN_n.11.01_1.pdf. Acesso em 19 agosto, 2021.

FARMÁCIA – 35 QUESTÕES

- Assistência Farmacêutica.
- Epidemiologia clínica e pesquisa clínica.
- Farmacologia geral e dos sistemas orgânicos.

- Farmacoepidemiologia, Farmacovigilância, Farmacoeconomia.
- Farmácia clínica e atenção farmacêutica.
- Farmácia hospitalar, Farmacotécnica hospitalar.
- Gerenciamento de resíduos em serviços de saúde.
- Legislação sanitária e da profissão farmacêutica.
- Segurança do Paciente e Gerenciamento de riscos em Serviços de Saúde.
- Avaliação de Tecnologias em Saúde.
- Serviço de informações sobre medicamentos.
- Biossegurança.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ANSEL, H. C.; PRINCE, S. J. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BACHAMANN, K. A.; LEWIS, J. D.; BONFIGLIO, M. F. Interações medicamentosas. 2 ed. Barueri: Manole, 2006.
- BISSON, M. B. Farmácia clínica & Atenção farmacêutica. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
- BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC 471/2021. Dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6232328/%281%29RDC_471_2021_COMP.pdf/1f679ba2-6220-49ee-a664-2e838eb2f5f3. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC n. 24, de 12 de abril de 2012. Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº 11/2011. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3973147/RDC_24_2012_.pdf/a72a37e5-eccc-4626-baca-5398526f5385. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_44_2009_COMP2.pdf/51e7ed13-3998-4082-9b8b-9e1878964761. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/%281%29RDC_36_2013_COMP.pdf/ca75ee9f-aab2-4026-ae12-6feef3754d13. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 12.401, de 28 de abril de 2011. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112401.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113021.htm Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 5991, de 17 de setembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. Guia Básico para a Farmácia Hospitalar. Brasília, 1994. 174p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 40 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Anexo 02: Protocolo de identificação do paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2014/julho/03/Protocolo---Identifica---o-do-Paciente.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Formulário terapêutico nacional 2010. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/formulario_terapeutico_nacional_2010.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: Rename 2020. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Rename-2020-final.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n.25). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Portaria nº 344/1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e suas atualizações. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%2832%29PRT_SVS_344_1998_COMP.pdf/8c1dd5ca-373c-4b67-bf3c-8f1a6aa44585. Acesso em: 17 ago. 2021.

CASTRO, M. M. S.; HERNÁNDEZ, M. Á. C.; VALLS, L. T.; DÁDER, M. J. F. Seguimiento Farmacoterapéutico en Pacientes Hospitalarios. Método Dáder. Granada: Gráficas Zaidín, 2008.

CIPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P. C. O exercício do cuidado farmacêutico. Trad. Denise Borges Bittar. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 288, de 21 de março de 1996. Dispõe sobre a competência legal para o exercício da manipulação de drogas antineoplásicas pelo farmacêutico. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/288.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 354 de 20 de setembro de 2000. Dispõe sobre Assistência Farmacêutica em atendimento pré-hospitalar às urgências/emergências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/354.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 357 de 20 de abril de 2001. Aprova o regulamento técnico das Boas Práticas de Farmácia. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/357.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 415 de 29 de junho de 2004. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/415.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 449 de 24 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/449.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 492 de 26 de novembro de 2008. Regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/res492_08.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 499 de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/499.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 555 de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/555.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 565, de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução/CFE nº 288 de 21 de março de 1996. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/565.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 568, de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º ao 6º da Resolução/CFE nº 492 de 26 de novembro de 2008, que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/568.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 577 de 25 de julho de 2013. Dispõe sobre a direção técnica ou responsabilidade técnica de empresas ou estabelecimentos que dispensam, comercializam, fornecem e distribuem produtos farmacêuticos, cosméticos e produtos para a saúde. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/577.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 578 de 26 de julho de 2013. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/578.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o código de ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CORRER, C. J.; OTUKI, MICHEL, F. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013.

COUTO, C. B.; LEITE, S. N. O Farmacêutico na atenção à Saúde. 2 ed. Itajaí: Editora Univali, 2008.

DADER, M. J. F.; MUÑOZ, P. A.; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, F. Atenção Farmacêutica: Conceitos, processos e casos práticos. Trad. Denise Funchal. São Paulo: RCN Editora, 2008.

- FERRACINI, F. T.; FILHO, W. M. B.; ALMEIDA, S. M. Atenção à prescrição médica. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.
- FOLLAND, S.; GOODNMAN, A. C.; STANO, M. A economia da saúde. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos intravenosos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GREENE, R. J.; HARRIS, N. D. Patologia e terapêuticas para farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- ITA, M. E.; SECOLI, S. R.; NOBRE, M. R. C.; ONO-NITA, S. K.; CAMPINO, A.C.; SANTI, F. M.; COSTA, A. M. N.; CARRILHO, F. J. Avaliação de tecnologias em saúde: evidência clínica, análise econômica e análise de decisão. Porto Alegre: Artmed, 2010. 600 p.
- LEE, A. Reações adversas a medicamentos. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARYN, N. (org.) Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.
- MASTROIANNI, P. C.; VARALLO, F. R.; CARRADORE, M. D. Dispensação de medicamentos essenciais de uso ambulatorial: orientações para o uso correto. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MASTROIANNI, P.; VARALLO, F. R. Farmacovigilância para a promoção do uso correto dos medicamentos. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- OLIVEIRA, D. R. Atenção Farmacêutica: da filosofia ao gerenciamento da terapia medicamentosa. São Paulo: RCN Editora, 2011.
- ROVER, J. P.; CURRIE, J. D. Guia Prático da Atenção Farmacêutica. Manual de Habilidades Clínicas. São Paulo: Pharmabooks, 2010.
- SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na prática da farmácia clínica. São Paulo: Artmed, 2013.
- STORPIRTIS, S. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- VIANA, D. L. Manual de cálculo e administração de medicamentos. 4 ed. São Caetano do Sul, SP: Editora Yendis, 2011.
- YANG, Y.; WEST-STRUM, D. Compreendendo a farmacoe epidemiologia. Porto Alegre: AMGH, 2013.

FISIOTERAPIA – 35 QUESTÕES

- Anatomia humana, fisiologia e fisiopatologia geral.
- Desenvolvimento neuropsicomotor.
- Cinesiologia e biomecânica aplicada à fisioterapia: fundamentos do movimento humano.
- Propedêutica em fisioterapia: semiologia e anamnese.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente neurológico.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente ortopédico.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente pediátrico.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente crítico.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente cardiorrespiratório.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente geriátrico.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente portador de doenças crônicas não transmissíveis.
- Diagnóstico clínico e cinético funcional: objetivos e condutas, fisioterapêuticas na assistência ao paciente na assistência aos portadores de doenças infecciosas, parasitárias e infectocontagiosas.
- Recursos e técnicas fisioterapêuticas: cinesioterapia, hidroterapia, eletrotermofoterapia, mecanoterapia, assistência ventilatória invasiva e não invasiva, e terapia manual.
- Atuação da fisioterapia na promoção e prevenção da saúde.
- Código de ética. Legislação profissional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ADLER, S.S. PNF: Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. 2 ed. São Paulo: Manole, 2007.
- ASSIS, R.D. Condutas Práticas em Fisioterapia Neurológica. São Paulo: Manole, 2012.
- ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA. I Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica em Pediatria e Neonatologia. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2015/02/I-CONSENSO-BRASILEIRO-DE-VENTILACAO-MECANICA-EM-PEDIATRIA-E-NEONATOLOGIA.pdf Acesso em: 28 ago. 2018.
- ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Diretrizes brasileiras de Ventilação Mecânica. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://interfisio.com.br/imagens/artigos/2013/Diretrizes-AVM-AMIB-SBPT-2013.pdf> Acesso em: 28 ago. 2018.
- BACH JR. Guia de exame e tratamento das doenças neuromusculares. São Paulo: Livraria Santos, 2004.
- BRITO, R.R.; BRANT, T.C.S.; PARREIRA, V.F. Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória. 2 ed. São Paulo: Manole, 2014.
- CAMPOS JÚNIOR, D.; BURNS, D.A.R. Tratado de Pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria. 3 ed. São Paulo: Manole, 2014.
- CARDEAL, J.O; FONTES, S,V; FUKUJIMA, M,M. Fisioterapia Neurofuncional. São Paulo: Atheneu, 2006.
- CARR, J. H., SPHEPHERD, R. B. Reabilitação Neurológica: Otimizando o Desempenho Motor. Barueri: Manole, 2008.
- CAVALHEIRO, L.V.; GOBBI, F.C.M. Fisioterapia Hospitalar: Coleção Manuais de especialização Albert Einstein. São Paulo: Manole, 2012.

- COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Código de Ética. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=2346 Acesso em: 28 ago 2018.
- COHEN, H. Neurociência Para Fisioterapeutas: Incluindo Correlações Clínicas. 2 ed. São Paulo, Manole, 2001.
- CORDEIRO, A.L.L.; SARMENTO, G.J.V. Fisioterapia Motora Aplicada ao Paciente Crítico: do Diagnóstico à Intervenção. 1 ed. São Paulo: Manole, 2019.
- DAVID, Cid Marcos. Ventilação Mecânica: da fisiologia à prática clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
- DELISA, J.A. Tratado de Medicina de Reabilitação: Tratado de medicina de reabilitação: princípio e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2002.
- DOURADO, Victor Zuniga. Exercício Físico Aplicado à Reabilitação Pulmonar: Princípios Fisiológicos para Prescrição e Avaliação dos Resultados. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
- FALOPPA F; ALBERTONI M. Ortopedia e Traumatologia: Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da UNIFESP-EPM. São Paulo: Manole, 2008.
- FU, C.; SCHUJMAN, D. Reabilitação e Mobilização Precoce em UTI: Princípios e Práticas. 1ªed. São Paulo: Manole, 2019.
- FREITAS, E.V.; PY, L. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- GAMBARATO, G. Fisioterapia Respiratória em Unidade de Terapia Intensiva. São Paulo: Atheneu, 2006.
- HAZINSKI, Mary Fran, RN, MSN. Guidelines CPR e ECC: Destaques das Diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE. 2010. Disponível em: http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf Acesso em: 28 ago. 2018.
- HEBERT S; XAVIER R. Ortopedia e traumatologia: Princípios e Prática. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HERRERA, J.E; COOPERG. Manual de medicina musculoesquelética. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KAPANDJI, I.A. Anatomia Funcional. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- KAPANDJI, I.A. Fisiologia Articular: Esquemas Comentados de Mecânica Humana. 6ªed.. Madrid: Editora Médica Panamericana, 2008.
- KENDALL, F.O. Músculos: Provas e Funções Musculares, 5 ed. São Paulo: Manole, 2007.
- KISNER, C.; COLBY, L.A. Exercícios terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. 5 ed. São Paulo: Manole, 2009.
- KNOBEL, Elias. Condutas no Paciente Grave. 4 ed. São Paulo: Atheneu, 2016.
- KNOBEL, Elias. Terapia Intensiva: Pneumologia e Fisioterapia Respiratória. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.
- LENT, Tovertto. Cem Biliões de Neurônios: Conceitos e Fundamentos de Neurociência. São Paulo: Atheneu, 2004.
- LIPPERT, L. Cinesiologia Clínica e Anatomia. 5ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- LUNDY-EKMAN, Laurie. Neurociência: fundamentos para reabilitação. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MACHADO, Ângelo B. M. Neuroanatomia Funcional. Rio de Janeiro: Atheneu, 1991
- MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia Intensiva e Reabilitação. Guanabara Koogan, 2008.
- MAGEE, David J. Manual para Avaliação Musculoesquelética: Atlas e Vídeo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MARINO, P.L. Compêndio de UTI. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- MUNIZ, Y.A; BRAIDE, A.S.G.; MORAIS, M.C.S.; MACIERA, C.L.; BRITO, M.S.R.; VIANA, M.C.C. Estratégias de desmame da ventilação mecânica em uma unidade de terapia intensiva. ASSOBRAFIR Ciência. 2015 Abr;6(1):31-39. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/rebrafis/article/download/19923/16188 Acesso em: 28 ago. 2018.
- NÁPOLIS, Lara Máris, Luciana Dias Chiavegato, Oliver Nascimento. Série Atualização e Reciclagem em Pneumologia: Fisioterapia Respiratória. v. 3, São Paulo: Atheneu, 2011.
- O'SULLIVAN; SUSAN, B.; THOMAS, J. S. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. 5 ed. São Paulo: Manole, 2010.
- PRADO, Cristiane do; VALE, Luciana Assis. Fisioterapia neonatal e pediátrica. São Paulo: Manole, 2012.
- PRENTICE, William E.; VOIGHT, Michael L. Técnicas em Reabilitação Musculoesquelética. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- REGENGA, M.M. Fisioterapia em cardiologia: da Unidade de Terapia Intensiva à reabilitação. 2 ed. São Paulo: Roca, 2014.
- ROWLAND, Lewis. MERRITT: Tratado de Neurologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- SARMENTO, G.J.V. O ABC da Fisioterapia Respiratória. 2 ed. São Paulo: Manole, 2015.
- SARMENTO, G.J.V. Princípios e Práticas de Ventilação Mecânica em Pediatria e Neonatologia. São Paulo: Manole, 2011.
- SARMENTO, G.J.V. Recursos em Fisioterapia Cardiorrespiratória. São Paulo: Manole, 2012.
- SARMENTO, George Jerre Vieira. Fisioterapia Respiratória em Pediatria e Neonatologia. 1 ed. São Paulo: Manole, 2007.
- SARMENTO, George Jerre Vieira. Fisioterapia respiratória no paciente crítico. 2 ed. São Paulo: Manole, 2007.
- SKINNER, A.T e THOMSON, A.M. Duffield: Exercícios na Água. 3 ed. São Paulo: Manole, 1985.
- SMITH, L. K. et al. Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. 6 ed. Barueri-SP: Manole, 2014.
- STOKES, Maria. Neurologia para fisioterapeutas. São Paulo: Panamericana, 2000.
- SUASSUNA, V.A.L.; MOURA, R.H.; SARMENTO, G.J.V.; POSSETTI, R.C. Fisioterapia em Emergência. Barueri, SP: Manole, 2016.
- THOMSON, Ann. Fisioterapia de Tiddy. 12 ed. São Paulo: Livraria Santos, 1994.
- UMPHRED, Darcy. Reabilitação Neurológica. 4 ed. São Paulo: Manole, 2004.
- UMPHRED, Darcy; CARLSON, Constance. Reabilitação Neurológica Prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007.
- VALIATTI, J.L.S.; AMARAL, J.L.G.; FALCÃO, L.F.R. Ventilação Mecânica: Fundamentos e Prática. 1ªed. Rio de Janeiro:

Roca, 2016.

WEST, John B. Fisiologia Respiratória Moderna. 6 ed. São Paulo: Manole, 2000.

WEST, John B. Fisiopatologia Pulmonar: Princípios Básicos. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

WHITING, William C. Biomecânica Funcional e das Lesões Musculoesqueléticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

WILKINS, Robert L. - Stoller, James K. - Kacmarek, Robert M. Egan Fundamentos da Terapia Respiratória. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WILMORE, Jack H. Fisiologia do Esporte e do Exercício. 4 ed. Barueri-SP: Manole, 2010.

FONOAUDIOLOGIA – 35 QUESTÕES

- Motricidade orofacial: neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios; avaliação dos órgãos fonoarticulatórios e das funções neurovegetativas.
- Deglutição: avaliação da deglutição e conduta terapêutica nos distúrbios deglutitórios.
- Audiologia: neuroanatomofisiologia dos órgãos da audição; triagem auditiva neonatal; avaliação audiológica infantil e do adulto.
- Voz: distúrbios da voz e seus aspectos clínicos; prevenção, avaliação, diagnóstico diferencial e conduta fonoaudiológica nos distúrbios vocais.
- Linguagem: desenvolvimento normal e patologias, condutas fonoaudiológicas nos distúrbios da comunicação, afasia, disartria, apraxia.
- Legislação da profissão.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, C. R. F.; LIMONGI, S. C. O. Disfagia – prática baseada em evidências. São Paulo: Sarvier. 2012.

BARROS, A. P. B.; DEDIVITIS, R. A.; SANT'ANA, R. B. Deglutição, Voz e Fala nas alterações Neurológicas. Rio de Janeiro: Di Livros Editora, 2013.

BEHLAU, M. (Org.). Voz – O livro do especialista. v.1. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

FILHO, O. L. Novo Tratado de Fonoaudiologia. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

FULLER, D. R.; PIMENTEL, J. T.; PEREGOY, B. M. Anatomia e fisiologia aplicada à fonoaudiologia, 1 ed.. Barueri, SP: Manole, 2014.

FURKIM, A. M.; SANTINI, C. S. (Org.) Disfagias Orofaringeas. Barueri. Pró-fono, 2008.

FURKIM, A. M.; RODRIGUES, K. A. Disfagias nas Unidades de Terapia Intensiva. - 1. ed. - São Paulo: Roca, 2014.

JOTZ, G. P.; ANGELIS, E. C.; BARROS, A. P. B. Tratado de deglutição e disfagia. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

LAZARINI, P. R.; FOUQUET M. L. Paralisia facial: avaliação, tratamento e reabilitação. São Paulo: Lovise, 2006.

MURDOCH, B. E.; Disartria: Uma abordagem fisiológica para avaliação e tratamento. São Paulo: Lovise, 2005.

ORTIZ K. Z. Distúrbios neurológicos adquiridos: fala e deglutição. Barueri: Manole, 2006.

PEÑA-CASANOVA J. ; PAMIES M.P. Reabilitação da Afasia e transtorno associados. São Paulo: Manole, 2005

RUSO, I. C. P., MOMENSOHN-SANTOS, T. M. A prática da audiologia clínica. São Paulo: Cortez, 2011.

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. I Consenso Brasileiro de Nutrição e Disfagia em Idosos hospitalizados. 2011. Disponível em: https://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/Consenso_Brasileiro_de_Nutricao1.pdf.

NUTRIÇÃO – 35 QUESTÕES

- Atenção dietética em nível ambulatorial e hospitalar.
- Avaliação alimentar e nutricional.
- Bioquímica e fisiologia da nutrição.
- Dietoterapia do paciente crítico.
- Dietoterapia nas doenças hepáticas, gastrintestinais, pancreáticas, renais, pulmonares, cardiovasculares, câncer e no paciente hematológico.
- Nutrição e saúde pública.
- Nutrição materno-infantil.
- Nutrição nas doenças crônicas não transmissíveis.
- Nutrição nas diferentes etapas dos ciclos de vida.
- Programas e políticas de alimentação e nutrição.
- Segurança alimentar e nutricional.
- Suporte nutricional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. Manual Orientativo: Sistematização do Cuidado de Nutrição. Organizadora: Márcia Samia Pinheiro Fidelix. São Paulo: ASBRAN. 2014. 66 p. Disponível em: <https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/PRONUTRI-SICNUT-VD.pdf> Acesso em: 12 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes

- Brasileiras de Obesidade 2016/ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. 4. ed. São Paulo, SP. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf> Acesso em: 18 ago. 2021.
- BARROSO, W. K. S. *et al.* Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. V. 116, n. 3, p. 516-658. 2021. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/sbc-dha/profissional/pdf/Diretriz-HAS-2020.pdf> Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf Acesso em: 18 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília; 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf Acesso em: 18 ago. 2021.
- CONSENSO NACIONAL DE NUTRIÇÃO ONCOLÓGICA/ Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Gestão Assistencial, Hospital do Câncer I, Serviço de Nutrição e Dietética; organização Nivaldo Barroso de Pinho. 2. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016. 112p. il. v.2. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/consenso_nacional_nutricao_oncologica_vol_2_2_ed_rev_ampl_atual.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.
- CUPPARI, L. Nutrição clínica no adulto. 4ª ed. Barueri, SP: Manole. 2019.
- DE-AGUILAR-NASCIMENTO, J. E. *et al.* Diretriz ACERTO de intervenções nutricionais no perioperatório em cirurgia geral eletiva. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. V. 44, n. 6, p. 633-648, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/QrQS3Xxq5ztxp5RtCwr3JNz/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 12 ago. 2021.
- DINIZ, M. C. T.; DINIZ, M. F. H. S.; SANCHES, S. R. A.; ROCHA, A. L. S. Cirurgia bariátrica e metabólica: abordagem multidisciplinar. São Paulo: Atheneu, 2013.
- DUARTE, A. C. G. Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.
- DUARTE, A. C. G. Semiologia nutricional. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- IZAR, M. C. O. *et al.* Posicionamento sobre o Consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular – 2021. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. v 116, n. 1, p. 160-212, 2021. Disponível em: https://adad56f4-85f5-461a-ad4d-33669b541a69.usrfiles.com/ugd/adad56_0a97aa5a4a93434cbd499247a3b74826.pdf Acesso em: 18 ago. 2021.
- JAIME, P.C. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu. 2019.
- MAHAN L.K., ESCOTT-STUMP, S., RAYMOND, J.L. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MALAGÓ-JR, W. *et al.* Efeitos Nutricionais e Mecanismos Bioquímicos na Doença Hepática Não Alcoólica. Revista da Associação Brasileira de Nutrição. v. 12, n. 1, p. 195-214, 2021. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/1436/363> Acesso em: 12 ago. 2021.
- MANCUSO-CERVATO, A.M.; FIORE, E.G. REDOLFI, S.C.S. Guia de Segurança Alimentar e Nutricional. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2015.
- MARIUZZA, S. E. *et al.* Terapia Nutricional na Recuperação de Pacientes com Queimaduras Graves. Destaques Acadêmicos: Lajeado. v. 12, n. 3, p. 318-328, 2020. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2676/1723> Acesso em: 12 ago. 2021.
- MARTINS, C. Diagnósticos em Nutrição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- MUSCARITOLI, M. *et al.* ESPEN Practical Guideline: Clinical Nutrition in Cancer. Clinical Nutrition. v. 40, n. 5, p. 2898-2913, 2021. Disponível em: <https://www.espen.org/files/ESPEN-Guidelines/ESPEN-practical-guideline-clinical-nutrition-in-cancer.pdf> Acesso em: 12 ago. 2021.
- PITITTO, B. A. *et al.* Metas no tratamento do Diabetes. In: Diretriz 2021. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Disponível em: <https://diretriz.diabetes.org.br/metas-no-tratamento-do-diabetes/> Acesso em: 18 ago. 2021.
- PHILIPPI, S. T.; AQUINO, R. C. Recomendações Nutricionais: Nos Estágios de Vida e Nas Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Barueri, SP: Manole, 2017.
- SANTOS, I. G. Nutrição - Clínica, Esportiva, Saúde Coletiva e Gestão de Qualidade em Serviços de Alimentação. São Paulo: Martinari, 2015.
- SILVA, A. P. A. *et al.* Terapia Nutricional em Queimaduras: uma revisão. Revista Brasileira de Queimaduras. v. 11, n. 3, p. 135-141, 2012. Disponível em: <http://www.rbqueimaduras.com.br/details/119/pt-BR/terapia-nutricional-em-queimaduras-uma-revisao> Acesso em 12 ago. 2021.
- TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. Nutrição em Saúde Pública. 2 ed. Rio de Janeiro: Rúbio, 2017.
- TOLEDO, D.; CASTRO, M. Terapia Nutricional em UTI. Rio de Janeiro: Rúbio, 2015.
- VASCONCELOS, M. J. O. B.; BARBOSA, J. M.; PINTO, T. M.; ARAÚJO, A. F. C. Nutrição Clínica: Obstetrícia e Pediatria. 1 ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.
- VITALLE, M. S. S.; MEDEIROS, E. H. G. R. Guia de Adolescência. UNIFESP. Barueri, SP: Manole, 2008.
- VITOLLO, M. R. Nutrição da gestação ao envelhecimento. 2 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.
- WAITZBERG, D. L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 5 ed. São Paulo: Atheneu, vols. 1 e 2, 2017.
- ZAMBELLI, C. M. S. F. *et al.* Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Paciente com Doença Renal. BRASPEN Journal. v. 36, n. 2, supl. 2, p. 2-22, 2021. Disponível em: <https://f9fcfefb-80c1-466a-835e->

5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/66b28c_ac9a31203e394cd28ff67cca9edb79e8.pdf Acesso em 12 ago. 2021.

ZOLLINGER, C. C. *et al.* Terapia Nutricional. Cap. 43, p. 353-365. In: BITTENCOURT, P. L.; ZOLLINGER, C. C.; LOPES, E. P. A. Manual de Cuidados Intensivos em Hepatologia. 2ª ed. Barueri: Manole. 2017. 550p. Disponível em: <https://sbhepatologia.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual-de-Cuidados-Intensivos-em-Hepatologia-1.pdf> Acesso em 12 ago. 2021.

PSICOLOGIA – 35 QUESTÕES

- Código de ética profissional do psicólogo.
- Resoluções e Notas Técnicas.
- Psicologia do Desenvolvimento.
- Teorias da Personalidade.
- Psicopatologia.
- Psicossomática.
- Psicologia da Saúde.
- Psicologia Hospitalar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BAPTISTA, M. N.; DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar – Teoria, aplicações e casos clínicos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

CASTRO, E. K., REMOR, E. Org. Bases Teóricas da Psicologia da Saúde. Curitiba: Appris, 2018.

CHENIAUX, E. Manual de Psicopatologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 010/05. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 14 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 006/19. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?origin=instituicao>. Acesso em 14 ago. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 9ª REGIÃO. Nota Técnica CRP-09 01/19. Orienta as(aos) psicólogas(os) sobre preceitos éticos e técnicos para atuar em situações de violência, encaminhamentos e legislação profissional. Disponível em: http://www.crp09.org.br/portal/images/noticias/2019/NOTA_T%C3%89CNICA_CRP_09_N_01.2019_SITUA%C3%87%C3%95ES_DE_VIOL%C3%8ANCIA.pdf. Acesso em 14 ago. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 9ª REGIÃO. Nota Técnica CRP-09 02/19. Orienta às(aos) psicólogas(os) sobre prevenção e manejo do comportamento suicida. Disponível em: http://www.crp09.org.br/portal/images/noticias/2019/Nota_T%C3%A9cnica_CRP_09_Manejo_e_Preven%C3%A7%C3%A3o_ao_Suic%C3%ADdio_-_Plen%C3%A1ria_06_08_2019_-_Final.pdf. Acesso em 14 ago. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 9ª REGIÃO. Nota Técnica CRP-09 03/19. Estabelece Parâmetros de Assistência Psicológica em Contextos de Atenção Primária, Secundária e Terciária de Saúde. Disponível em: http://www.crp09.org.br/portal/images/noticias/2019/NOTATECNICACRP09N032019_PARAMETROSDEASSISTENCIAIAPSILOGICANASAUDE.pdf. Acesso em 14 ago. 2021.

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3ª ed. São Paulo: Artmed. 2019.

FIEST, J; FIEST, G. J.; ROBERT, T. Teorias da Personalidade. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

HALL, C. S, LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. Teorias da Personalidade. Porto Alegre: Artmed. 2000.

KERNKRAUT, A. M.; SILVA, A. L. M.; GIBELLO, J. (Orgs.). O Psicólogo no Hospital – da prática assistencial à gestão de serviço. São Paulo: Blucher, 2017.

KITAJIMA, K. Psicologia em Unidade de Terapia Intensiva – critérios e rotinas de atendimento. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.

MELO FILHO, J.; BURD, M. Psicossomática Hoje. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 2010.

PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. Desenvolvimento Humano. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

RODRIGUES, A.L. Psicologia da Saúde – Hospitalar: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Manole, 2020.

SALAZAR, H. Intervenção Psicológica em Cuidados Paliativos. Lisboa: Pactor, 2017.

SIMONETTI, A. Manual de Psicologia Hospitalar: O Mapa da Doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

STRAUB, R.O. Psicologia da Saúde. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

SERVIÇO SOCIAL – 35 QUESTÕES

- O projeto ético-político do Serviço Social e as bases históricas de sua constituição.
- Residência multiprofissional em Saúde e Serviço Social.
- Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.

- Serviço Social, trabalho e questão social.
- Política Social, SUS e Serviço Social.
- Serviço Social, Saúde e Interdisciplinaridade.
- Reforma Sanitária e o projeto ético-político do Serviço Social.
- Estado, questão social e política social.
- Seguridade Social e Saúde.
- Transformações societárias, espaços sócio-ocupacionais, requisições institucionais, competências e atribuições do assistente social
- A pesquisa no exercício profissional e na produção do conhecimento em Serviço Social.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDREAZZI, Maria de Fátima Silianski de. O público e o privado na atenção à saúde: notas para uma caracterização de trajetórias e desafios no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs) *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 29-54.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As residências em Saúde e o Serviço Social em tempos de pandemia covid-19. Brasília, 2020. Disponível em <http://www.abepss.org.br/noticias/as-residencias-em-saude-e-o-servico-social-em-tempos-de-pandemia-covid19-374>.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. La Ciudadania Negada. Políticas de Exclución en la Educación y el Trabajo Buenos Aires.r CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social. Fundamentos e história. 4 ed. São Paulo: Cortez. (Biblioteca básica do Serviço Social) 2008.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Reforma Sanitária e projeto ético político do serviço social: elementos para o debate. 2 ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ. p. 25-47, 2006.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Serviço Social e Reforma Sanitária – Lutas Sociais e Práticas Profissionais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza. PEREIRA, Débora de Sales. (orgs.) (et.al.) Política de Saúde na atual conjuntura: Modelos de gestão e agenda para a saúde. 2 ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2008.

BRAVO, Maria Inês. MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e conselhos. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BRAVO, Maria Inês. MOTA, Ana Elizabete. [et al], (orgs.). Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. 2ªed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 (alterada e atualizada).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 675/GM, de 30 de março de 2006. Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a assistente social. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na saúde. Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2009/08/PARAMETROS-AS-NA-SAUDE-VERSÃO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), (Brasil). Residência em Saúde e Serviço Social subsídios para reflexão. Brasília, 2017: (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) TRABALHO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL, Brasília 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf>. <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1720>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Orientações sobre o exercício profissional de assistentes sociais, diante da epidemia do novo coronavírus (Covid-19), Brasília, 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1679>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS manifesta: os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social, Brasília, 2020. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) Serviço Social -Direitos Sociais e Competências Profissionais (2009).

CISLAGHI, J. F. Hospitais Universitários: presente caótico e futuro incerto. Disponível em <http://www.apufpr.org.br/artigos/hus.pdf>.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra et al. Transformações societárias e Serviço Social: análise das respostas profissionais na esfera da Seguridade Social expostas nos trabalhos apresentados no XIII CBAS 2010. Libertas – Revista Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.14, n.1, p. 105-132, jan./jun. 2014 Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18282/9520/76474>.

GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as

- estratégias e a resistência. In: Serviço Social Revista, Londrina, v.19, n.1, jul/dez, p.171-184, 2016. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28165>.
- MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a América Latina na geopolítica mundial. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão. SANTOS, Rogério Dultra dos. Pandemias e Pandemônio no Brasil, São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 27-35. Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2020/05/19/livro-pandemias-e-pandemonio-no-brasil-e-lancado-com-download-gratuito>.
- MATOS, M. C. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serviço Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 678-698, dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400678&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 ago. 2019.
- MATOS, Maurílio Castro de. Serviço Social, Ética e Saúde. Reflexões para o Exercício Profissional. São Paulo: Cortez, 2017.
- MORONTE, Elver Andrade. A pandemia do novo corona vírus e o impacto na saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão. SANTOS, Rogério Dultra dos. Pandemias e Pandemônio no Brasil, São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 27-35. Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2020/05/19/livro-pandemias-e-pandemonio-no-brasil-e-lancado-com-download-gratuito>.
- MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 39-53, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 ago. 2019.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, p.91-110. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade. Ano XVII, n. 50. São Paulo: Cortez, abril, 1996.
- SA, Janete L. M. (organizadora). Serviço Social e Interdisciplinaridade. Dos Fundamentos Filosóficos à Prática Interdisciplinar no Ensino, Pesquisa e Extensão. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NOGUEIRA, VM; MIOTO, RCT. Desafios atuais do Sistema de Saúde – Sus e as exigências para os assistentes sociais. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/serviço_social_saude/texto2-4.pdf. Acessado em 05 ago. 2019.
- SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. Revista Serviço Social & Sociedade. n. 103. jul/set. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 453-475. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a04n103.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- DAVI, Jordeana; MARTINIANO, C. e outros. Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios. Eduepb, 2011
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES Áquilas SUS e Seguridade Social: em busca do elo perdido ... - Saúde Pública. <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2005.v14n2/39-49/> de RM Marques - 2005. Acesso em: 05 ago. 2019.
- VASCONCELOS, A.M. A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

TERAPIA OCUPACIONAL – 35 QUESTÕES

- Fundamentos da Terapia Ocupacional.
- Atividades e Recursos Terapêuticos.
- Instrumentos de avaliação em Terapia Ocupacional.
- Tecnologia Assistiva.
- Cinesiologia/ Cinesioterapia.
- Fisiatria.
- Neurologia.
- Ortopedia.
- Terapia Ocupacional aplicada à área hospitalar, Cognição, Neurologia, Ortopedia, Psiquiatria, Disfunções Sensoriais, Gerontologia e Geriatria, Deficiência Intelectual e Patologias diversas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVARES, F.Q.L.; WILSON, B.A. Reabilitação neuropsicológica nos transtornos psiquiátricos : da teoria à prática. Belo Horizonte : Artesã Editora, 2020.
- CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C.; (orgs.). Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001. Disponível

- em:https://books.google.com.br/books?id=ObP0QmgKcRAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0f=false. Acesso em: 27 ago. 2018.
- CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional: Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Código de Ética Profissional. Resolução Coffito nº 425, de 08 de julho de 2013. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3386 Acesso em: 27 ago. 2018.
- CREPEAU, E.B.; COHN E.S.; SCHELL, B.A.B. Terapia ocupacional: Willard & Spackman. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- CRUZ, D.M.C. Terapia Ocupacional na reabilitação pós-acidente vascular encefálico. São Paulo: Santos, 2012.
- GREENE, D.P. Cinesiologia: estudo dos movimentos nas atividades diárias. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.
- GRIEVE, J.; GNANASEKARAN, L. Neuropsicologia para Terapeutas Ocupacionais: Cognição no desempenho ocupacional. São Paulo: Santos, 2010.
- GRIEVE, J. Neuropsicologia em Terapia Ocupacional – exame da percepção e cognição. São Paulo: Santos, 2006.
- KATZ, N. Neurociência, Reabilitação Cognitiva e Modelos de Intervenção Em Terapia Ocupacional - 3ª Ed. Santos, 2014.
- MONTEIRO, C.B.M. Paralisia cerebral: teoria e prática. São Paulo: Plêiade, 2015.
- OLIVEIRA, A. M.; VIZZOTO, A.D.B.; MELLO, P. C. H.; BUCHAIN, P. Terapia Ocupacional em neuropsiquiatria e saúde mental 1ª edição. Manole, 2021.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. CIF Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Edusp, 2019.
- PEDRAL, Claudia; BASTOS, Patrícia. Terapia Ocupacional: Metodologia e Prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.
- PEDRETTI, L. W; EARLY, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. 5 ed. São Paulo: Roca, 2005.
- SOUZA, A.C.A; DUTRA, F.C.M.S; ELUI, V.M.C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. Rev Ter Ocup Univ São Paulo; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.
- TROMBLY, C.A.; RADOMSKI, M.V. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. São Paulo: Santos, 2005.

ODONTOLOGIA – 35 QUESTÕES

- Anatomia da face (cabeça e pescoço).
- Exames e diagnóstico em cirurgia bucomaxilofacial.
- Anestesia da região craniofacial.
- Preparação pré-operatória do paciente cirúrgico.
- Cuidados pós-operatórios dos pacientes cirúrgicos.
- Tratamento dos dentes inclusos.
- Tratamento das infecções odontogênicas simples e complexas.
- Tratamento cirúrgico das periapicopatias.
- Transplantes, reimplantes e implantes osseointegrados em odontologia.
- Cistos e tumores do complexo maxilo-mandibular.
- Tratamento das afecções do seio maxilar.
- Cirurgia reconstrutiva pré-protética.
- Avaliação inicial do paciente politraumatizado.
- Traumatologia bucomaxilofacial.
- Tratamento orto-cirúrgico das deformidades dentofaciais.
- Tratamento das alterações das articulações temporomandibular.
- Farmacologia: antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, ansiolíticos, interações medicamentosas, medicamentos de ação central.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, ED. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 3 ed. São Paulo: Artes Médicas 2014.
- ATLS – Suporte avançado de vida no trauma - American College of Surgeons – 10 ed. 2018.
- ELLIS III, E. Acessos cirúrgicos ao esqueleto facial. Santos. 2 ed. 2006.
- EHRENFELD, M.; MANSON, P.N.; PREIN, J.; Principles of Internal Fixation of the Craniomaxillofacial Skeleton Trauma and Orthognathic Surgery. Copyright 2012 by AO Foundation, by Distribution Georg Thieme Verlag.
- FONSECA, R.J. et al. Oral and Maxillofacial Trauma. 4 ed. Elsevier. 2013.
- FREITA, R.R. Cirurgia Bucamaxilofacial (Princípios, Planejamento e Prática). Editora: DiLivros. 1a ed. 2020. Rio de Janeiro.
- GIL, J.N.; CLAUS, J.D.P. Estética facial: A cirurgia ortognática passo a passo para ortodontistas e cirurgiões. Santos. 2009.
- HUPP, J.R. et al. Cirurgia Oral e Maxilofacial contemporânea. Elsevier. 6 ed. 2015.
- MALAMED. S.F. Manual de anestesia local. Elsevier. 6 ed. 2013.
- MALAMED.S.F. Emergências Médicas em Odontologia. Elsevier 7 ed. 2016
- MILORO, M. et al. Princípios de cirurgia Bucamaxilofacial de Peterson. Santos. 2 ed. vol. 1 e 2. 2008.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



MISCH, C.E. Implantes Dentais Contemporâneos. 3 ed. Editora Elsevier 2009.

NEVILLE, B. et al. Patologia Oral & Maxilofacial. 3 ed. Elsevier. 2009.

OKESON JP. Tratamento das Desordens Temporomandibulares e Oclusão. Elsevier 6 ed. 2008.